



Fotografía
Viviana Consuelo Vargas

ENTRE A CENSURA E A AUTONOMIA: DESAFIOS EDUCACIONAIS FRENTE AOS MOVIMENTOS REACIONÁRIOS

Between Censorship and Autonomy: Challenges in Education Facing Reactionary Waves

Entre la censura y la autonomía: desafíos educativos ante los movimientos reaccionarios

Bruno Venancio¹ 
Jéssica Gomes das Mercês² 
Sandra Escovedo Selles³ 

Data de recebimento: 08 de junho de 2025

Data de aceitação: 01 de outubro de 2025

Data de publicação: 01 de janeiro de 2026

Tipo de artigo: Experiência

Como citar

Venancio, B., Gomes das Mercês, J. e Escovedo Selles, S. (2026). Entre a censura e a autonomia: desafios educacionais frente aos movimentos reacionários, *Bio-grafía*, 19(36), e23363. <https://doi.org/10.17227/bio-grafia.vol.19.num36-23363>

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a partir de três casos de docentes que sofreram punições por abordar determinadas temáticas em salas de aula, como ondas negacionistas e conservadoras agem no cerceamento da prática docente. Nesse sentido, selecionamos três reportagens, de ocorrência brasileira, que mostram como conteúdos de biologia podem trazer questões para o trabalho docente, principalmente no que diz respeito ao controle do trabalho em sala de aula. Analisamos o impacto de duas ondas que ameaçam a docência e o ensino de biologia, que são os negacionistas e conservadores, em especial no que se articulam com movimentos de cerceamento, como o Movimento Escola Sem Partido. Compreender como tais grupos agem e suas formas de tentar silenciar determinadas temáticas e conteúdos, se mostra nevrálgico em um contexto em que a ciência é colocada à prova constantemente. Assim, evidenciamos tais articulações e argumentamos a favor de um trabalho coletivo e plural no qual possa desenvolver táticas de resistência que valorizem professores e professoras bem como possibilita um ensino de biologia contextualizado e que possibilite enfrentar os negacionismos.

Palavras-chaves: conservadorismo; ensino de biologia; negacionismo científico

1 Doutor em Educação. Professor, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). brunovenanciob@gmail.com

2 Mestra em Educação. Universidade Federal Fluminense – UFF. jessica.mercês@hotmail.com

3 Doutora em Educação. Professora, Universidade Federal Fluminense – UFF. sandraselles@id.uff.br

Abstract

The objective of this article is to examine, through three cases of educators who faced punishment for addressing certain topics in their classrooms, how denialist and conservative waves operate to restrict teaching practices. To this end, we selected three news reports from Brazil that demonstrate how biology content can create challenges for teaching work, particularly regarding the control and supervision of classroom instruction. We analyze the impact of two waves that threaten both teaching and biology education: denialists and conservatives, especially as they align with censorship movements such as the Escola Sem Partido. Understanding how these groups operate and their strategies for silencing specific topics and content is critical in a context where science is constantly being challenged. Thus, we highlight these connections and argue for collective and pluralistic work that can develop resistance tactics to support teachers while enabling contextualized biology education capable of confronting denialism.

Keywords: conservatism; biology teaching; scientific denialism

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir, a partir de tres casos de docentes sancionados por abordar ciertos temas en el aula, cómo los movimientos negacionistas y conservadores actúan para restringir las prácticas docentes. En este sentido, seleccionamos tres informes, provenientes de Brasil, que muestran cómo el contenido de biología puede plantear problemas para la labor docente, especialmente en lo que respecta al control del trabajo en el aula. Analizamos el impacto de dos corrientes que amenazan la docencia y la enseñanza de la biología: los negacionistas y los conservadores, especialmente en su articulación con movimientos que restringen la enseñanza, como el Movimiento Escola Sem Partido. Comprender cómo actúan estos grupos y sus formas de intentar silenciar ciertos temas y contenidos es crucial en un contexto donde la ciencia se pone constantemente a prueba. Por lo tanto, destacamos estas articulaciones y abogamos por un trabajo colectivo y plural que permita desarrollar tácticas de resistencia que valoren a los docentes y permitan una enseñanza de la biología contextualizada que permita enfrentar el negacionismo.

Palabras clave: conservadurismo; enseñanza de la biología; negacionismo científico



O negacionismo científico e a educação

Sabe-se que os acontecimentos no contexto escolar são influenciados e influenciam outros setores da sociedade. Portanto, questões históricas, políticas, culturais e sociais devem ser consideradas ao tentar compreender as vivências escolares. Nesse sentido, este artigo analisa três casos de docentes brasileiros que, ao abordarem determinadas temáticas em suas aulas, foram punidos ou sofreram algum tipo de represália. Junto a esses exemplos, analisamos como grupos conservadores e negacionistas se aproximam no que se refere ao cerceamento do trabalho docente, bem como a constante vigilância de suas práticas em sala de aula. Em um primeiro momento apresentamos o debate sobre o negacionismo científico, no qual contextualiza nossas referências teórico-metodológicas.

Nos últimos anos, principalmente a partir da pandemia de Covid-19, temos vivido tempos em que a ciência é questionada e colocada em dúvida em diversos discursos e ações sociais. A negação da vacina talvez tenha sido um ponto central que mobilizou, e ainda mobiliza, significativa parte da comunidade científica a reafirmar sua importância para a saúde e bem-estar de toda a população. Junto a isso, questionamentos e reticências sobre a gravidade de uma pandemia, como foi feito no Brasil e Estados Unidos, de maneira mais específica pelos índices, evidenciaram a influência de grupos, movidos por posições ideológicas conservadoras que deturpam e negam os processos de construção da ciência (Vilela & Selles, 2020). Nesse contexto, se fortalecem narrativas de caráter conspiratório que tentam deslegitimar décadas de pesquisas e estudos, não apenas no campo médico, epidemiológico e farmacêutico, mas também em outros campos, como os que negam a esfericidade da Terra e a emergência climática por ação antrópica.

Ao tratar de um conceito tão em voga, não podemos perder de vista que a terminologia “negacionismo” tem sua origem associada aos estudos do revisionismo histórico sobre o Holocausto, ou seja, que todo o genocídio do povo judeu não tinha veracidade. Diante do agravamento do quadro ambiental mundial e a ampliação dos estudos científicos que tratam da questão, o termo retorna com a temática das mudanças climáticas em nível global (Rodrigues, Lorenzetti & Selles, 2025). Considerando que esse conceito se desloca para incluir outras questões e com a intensão de ampliar o olhar sobre o processo do negacionismo, Szwako e Ratton (2022) adotam o plural para se referirem a “negacionismos” dada sua multiplicidade, posto que “os negacionismos são diversos e complementares” (p. 4). Assim, torna-se prioritário acentuar o complexo processo de combinação entre forças políti-

cas e identitárias que se articulam e mobilizam diversos elementos – materiais e simbólicos – na busca por descredibilizar construções sociais historicamente elaboradas.

O filósofo americano Lee McIntyre (2024) também nos auxilia nessa empreitada de compreender a complexidade do negacionismo científico. O autor argumenta que há elementos em comum para os diferentes modos segundo os quais os grupos negam a ciência. Por exemplo, os terraplanistas, os que negam as mudanças climáticas e a vacinas bem como os que defendem o *design* inteligente. McIntyre (2024) afirma que “embora o conteúdo de seus sistemas de crença seja diferente, todo negacionismo da ciência parece fundamentado nos mesmos poucos erros de raciocínio” (p. 75). Em certa medida, sua afirmação dialoga com a perspectiva de operar com termos mais plurais, ou seja, há *negacionismos*, e que demandam mais atenção para compreendê-los. O autor ainda destaca cinco elementos que se relacionam a quaisquer tipos de negacionismo, tais como “evidências seletivas, crença em teorias da conspiração, confiança em falsos especialistas (e a difamação de verdadeiros especialistas), raciocínio ilógico e expectativas impossíveis de serem alcançadas pela ciência” (McIntyre, 2024, p. 75). Esses fatores podem e devem ser lidos de forma articulada, pois é a forma com que esses elementos são mobilizados e que os grupos se organizam que permite desafiar e desacreditar os consensos científicos. Ou seja, os negacionismos não se resumem a negações individuais, mas é um processo complexo ancorado socialmente.

Gomes e Zamora (2024) discutem algumas definições sobre negacionismo a partir de uma revisão teórica e propõem uma reflexão sobre suas “implicações éticas”. Nesse caminho, as autoras destacam alguns limites conceituais entre negacionismo e ceticismo, pseudociência, ignorância e agnotologia. A partir desse olhar mais preciso, elas argumentam que o negacionismo possui uma complexidade que se diferencia desses outros conceitos. Isto é, o negacionismo está além da alegação de que há falta de evidências – ceticismo – ou por conferi-lo a grupos com baixa escolaridade – ignorância – ou até mesmo por parecer não se relacionar com questões políticas, pelo contrário, o negacionismo anuncia o entusiasmo de grupos políticos que visam debilitar a confiança na ciência – agnotologia. A partir dos apontamentos de Vilela e Selles (2020), Gomes e Zamora (2024) sinalizam uma perspectiva que busca apostar no letramento científico que “empodere os cidadãos” (p.12), certamente em uma visão crítica, o que significa entender o processo epistêmico, histórico, social e político de produção científica.

A partir desses elementos contextuais que atravessam nossas vidas, e mais ainda, nossas salas de aula – tanto

nas universidades quanto nas escolas – este artigo resalta a pertinência de um estudo que se debruça sobre o negacionismo científico e o ensino de ciências e biologia. Vilela e Selles (2020), por exemplo, dialogam com esse aspecto e o campo de educação em ciência e, evidenciando perspectivas críticas, questionam “a quem interessa o negacionismo científico?” (p. 1730). As autoras mobilizam argumentos que sugerem o interesse de grupos conservadores – de direita especificamente – que, ainda que de forma heterogênea, se articulam para desqualificar o processo de produção científica tendo em vista o benefício próprio, seja econômico ou simbólico:

(...) a negação de conceitos e teorias consensualizados pela ciência passou a ganhar força e visibilidade, sobretudo a partir da ascensão mundial do conservadorismo de ultradireita (...) Tal fenômeno emerge recrudescido com o advento da internet e das redes sociais que agregam e fortalecem grupos identitários e o consumo acrítico de desinformação (Vilela & Selles, 2020, p. 1725).

Considerando esse contexto, e em diálogo com a literatura que trata da questão (Szwako & Ratton, 2022; McIntyre, 2024) e pesquisas que, especificamente, têm se debruçado em investigar o negacionismo científico e o papel do campo de educação em ciências (Vilela & Selles, 2020; Azevedo & Borba, 2020; Cassiani, Selles & Ostermann, 2022; Selles & Venancio, 2022; Martins & Venturi, 2023; Garcia & Martins, 2023; Gois, Lima & Moraes, 2024; Damasceno & Sedano, 2024; Rodrigues et al., 2025; Venancio & Selles, 2025) analisamos neste artigo como ondas negacionistas atreladas a movimentos conservadores reverberam no trabalho docente. De modo mais específico, construímos uma argumentação para buscar evidenciar como esses movimentos se relacionam e suas consequências mais diretas no trabalho docente. Para essa articulação, trazemos três notícias sobre docentes que foram punidos por tratarem de certas abordagens em suas aulas de ciências/biologia, em algumas regiões do Brasil. Longe de buscarmos elaborar generalizações, nosso esforço é problematizar como a docência se coloca em um lugar de disputa em meio a grupos que tensionam o debate pedagógico.

No próximo tópico, abordamos os principais aspectos de ondas conservadoras que nos últimos anos no Brasil – o Escola Sem Partido, especificamente – tem promovido uma série de ataques aos docentes e ao ambiente escolar. Em seguida, apresentamos os casos selecionados para análise e logo após realizamos uma leitura atenta destes em relação com o negacionismo. Ao final trazemos algumas reflexões que nos possibilita revisitar a docência como um ato de resistência.

O movimento Escola Sem Partido (esp) no Brasil

A ascensão de um governo de esquerda no Brasil foi acompanhada pelo surgimento do movimento Escola sem Partido (ESP), conforme destacado por Macedo (2017). O movimento ESP adquiriu notoriedade tanto no contexto educacional quanto na esfera midiática, apresentando-se como uma entidade apartidária e desvinculada de qualquer ideologia política. De acordo com seus defensores, esse movimento seria composto por estudantes e pais preocupados com a alegada infiltração político-ideológica nas instituições de ensino brasileiras, abrangendo todos os níveis de ensino.

Apesar de sua autodeclaração como um movimento desprovido de vínculos políticos, o ESP estabeleceu alianças estratégicas com parlamentares, notadamente com deputados da bancada evangélica. Esses políticos apresentaram, ao longo dos anos, diversas propostas legislativas que refletiam os princípios defendidos pelo movimento, resultando na disseminação dessas iniciativas por estados e municípios em todo o país, o que evidencia a capacidade do movimento de impactar a esfera política. Em sua atuação, o ESP posicionou-se como uma força contrária ao governo de esquerda vigente e a movimentos progressistas, exercendo influência na elaboração de projetos e leis marcados por valores conservadores e religiosos, os quais repercutiram nos debates acerca da formulação de uma base curricular comum e estiveram ativos no contexto de influência e de produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Considerando o impacto epistemológico da BNCC e o crescimento de grupos fundamentalistas, temas científicos como gênero, sexualidade e imunização tornam-se alvo de negacionistas, comprometendo sua estabilidade (Selles et al., 2024). Destaca-se a relevância de uma análise crítica do negacionismo científico, fundamentada na construção sócio-histórica do conhecimento (Cassiani, Selles & Osterman, 2022). Considerando que esta política nacional constitui um dos pilares fundamentais para todas as ações e demais políticas educacionais, é relevante pontuar que este documento tem negado temas relevantes para a formação discente (Costa & Carmo, 2022).

Em 2015, o Deputado Federal Izalci Lucas (atualmente eleito pelo Partido Liberal – PL), à época filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 867/2015, conhecido como "Escola Sem Partido". O projeto visava alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), introduzindo princípios como neutralidade política e ideológica, plura-

lismo de ideias e respeito às convicções familiares. Entre as medidas propostas, estavam a restrição à abordagem de temas político-ideológicos nas escolas, a afixação de cartazes com "deveres do professor" nas salas de aula e a criação de mecanismos para denúncias de supostas violações aos princípios do projeto. A proposta gerou intenso debate no cenário educacional brasileiro, opondo argumentos sobre proteção contra influências ideológicas e restrições à liberdade de cátedra. Ao final da legislatura, o projeto foi arquivado sem ser aprovado.

No entanto, apesar da não aprovação deste e de outros projetos de lei semelhantes, são inegáveis os efeitos subsequentes da existência tanto do movimento ESP quanto dos projetos de lei. Embora não tenham logrado êxito em se tornar legislação, os discursos propagados principalmente através das mídias tiveram impacto significativo, alcançando diversos indivíduos que se sentiram autorizados a fiscalizar e exigir de professores e escolas um alinhamento com os valores conservadores, fundamentalistas e, em muitos casos, negacionistas defendidos pelo ESP e seus projetos de lei. Esse fenômeno evidencia a influência do movimento na sociedade, mesmo à margem do processo legislativo.

É relevante destacar que a disciplina escolar de ciências, à luz da BNCC, apresenta uma configuração que privilegia uma abordagem científica positivista, promovendo a seleção de certos conteúdos curriculares que podem reforçar perspectivas negacionistas em relação ao conhecimento científico. Segundo Selles et al. (2024), a abordagem do negacionismo científico requer uma perspectiva multidimensional e coletiva, transcendendo a visão individualizada. Desse modo, pensando de forma holística o presente artigo busca investigar como as práticas de censura e penalização docente se relacionam com correntes negacionistas e movimentos conservadores, a partir da análise de três casos representativos divulgados na mídia, visando compreender as estratégias de limitação do trabalho pedagógico no ensino de conteúdos científicos.

Seleção e análise dos casos

Os casos selecionados para análise foram identificados em veículos jornalísticos e obtiveram ampla repercussão em plataformas digitais e redes sociais. Embora o estudo concentre-se no ensino de ciências e biologia, um caso fora dessas disciplinas foi incluído por sua relevância para o campo educacional mais amplo, considerando-se que as temáticas em discussão transcendem fronteiras disciplinares.

A seleção das três reportagens não ocorreu de modo aleatório, mas derivou da circulação dessas notícias em

grupos de mensagens tanto do âmbito escolar quanto dos núcleos de pesquisa aos quais os pesquisadores estão vinculados. Sem pretensões de estabelecer generalizações, a presente investigação busca debater acerca dos mecanismos de controle e vigilância da prática docente, além de estimular reflexões sobre possíveis estratégias de resistência e enfrentamento às tendências conservadoras e negacionistas.

Após a seleção, procedeu-se a análise das reportagens, envolvendo a leitura aprofundada de seu conteúdo, o qual foi posteriormente triangulado com estudos conduzidos por autores que investigam o avanço do negacionismo e conservadorismo, tais como Azevedo e Borba (2020), Costa e Carmo (2022), Henriques et al. (2022), Macedo (2017), Rodrigues et al. (2025), Selles et al. (2024) e Vilela e Selles (2020), bem como com as políticas educacionais vigentes, permitindo uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos fenômenos em questão.

Cerceamentos à prática docente

Como mencionado, a proposta do Projeto de Lei nº 867/2015, influenciada pelo Movimento Escola sem Partido, defende a neutralidade política, ideológica e religiosa no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que afirma prezar pela liberdade e pluralidade de ideias — o que revela uma contradição conceitual. Seus defensores recorreram, inclusive, a fragmentos da Constituição Federal, como os artigos 4º e 206, para legitimar a proposta, alegando proteger a liberdade de consciência, crença e o direito de aprender. No entanto, tal abordagem suscita críticas por representar uma possível tentativa de silenciar o debate crítico e limitar a diversidade de pensamento nas escolas.

A propagação do discurso do ESP e a formulação de projetos de lei como o nº 867/2015 abriram precedentes preocupantes para a fiscalização e censura dos conteúdos educacionais nas escolas. Um dos pontos mais controversos do projeto é o artigo 7º, que estabelece: "As secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato" (Brasil, 2015, p. 4). A divulgação desse dispositivo contribuiu para intensificar um clima de perseguição a docentes, propiciando denúncias infundadas, por parte dos estudantes, pais e a comunidade na qual a escola está inserida, e fomentando um ambiente de medo e autocensura nas práticas pedagógicas.

Como apresentado por Costa e Carmo (2022), os PLs nº 8099/2014, 5336/2016, 4893/2020 e 4844/2023 revelam uma articulação coerente de setores conservadores que

buscam moldar a educação brasileira com base em valores religiosos e ideológicos, em detrimento de princípios científicos e democráticos. Os PLs 8099/2014 e 5336/2016, por exemplo, propõem a inclusão do criacionismo cristão como alternativa à teoria da evolução nos currículos escolares, equiparando uma crença religiosa a uma teoria científica amplamente validada, o que representa uma negação direta do conhecimento produzido pela ciência. Por sua vez, os PLs 4893/2020 e 4844/2023 visam eliminar do espaço escolar qualquer discussão sobre gênero e sexualidade, alegando proteção aos valores familiares, mas na realidade promovendo censura e apagamento de debates sociais e científicos essenciais.

Essas propostas compartilham uma lógica de negacionismo científico, ao tentar substituir ou suprimir conteúdos fundamentados em evidências por crenças pessoais e doutrinas religiosas. A negação de conceitos e teorias científicas não é uma novidade contemporânea, como destacado por Vilela e Selles (2020), entretanto, tem se intensificado com o avanço tecnológico da internet e das mídias sociais, o que facilita a disseminação de informações não verificadas e a polarização de debates científicos. Essa série de iniciativas legislativas evidencia uma ofensiva contra a laicidade do Estado e o papel da escola como espaço de formação crítica, plural e baseada em evidências. O negacionismo científico torna-se aqui uma estratégia política para reconfigurar a política educacional à luz de visões conservadoras e religiosas, ignorando os consensos acadêmicos e as necessidades pedagógicas contemporâneas.

Ao tentar impor uma única visão de mundo e silenciar outras formas de conhecimento, esses projetos não apenas desrespeitam a diversidade cultural e religiosa da sociedade brasileira, mas também comprometem a qualidade do ensino e violam os direitos constitucionais à educação, à liberdade de pensamento e ao acesso ao conhecimento científico. Essas iniciativas evidenciam um movimento crescente de cerceamento do debate educacional, que, ao alegar neutralidade e defesa da família, compromete os princípios constitucionais da liberdade de cátedra, do pluralismo de ideias e da formação crítica dos estudantes. A relevância desses projetos manifesta-se tanto nas influências significativas que exercem sobre a produção de políticas educacionais quanto no seu potencial interferência na prática docente, visto que são concebidos para controlar e coibir a ação pedagógica dos professores.

Esses projetos exercem um impacto significativo nas disciplinas de ciências e biologia, uma vez que os discursos projetados refletem uma orientação conservadora que restringe a abrangência do ensino dessa disciplina, limitando a discussão de temas fundamentais que são intrinsecamente relacionados à sua natureza epistemológica. Contudo, sua influência epistemológica transcende os limites disciplinares –ciências e biologia– afetando transversalmente todas as disciplinas escolares e professores que buscam promover um debate crítico e reflexivo sobre os conhecimentos mobilizados no currículo. A seguir, apresentam-se os casos selecionados com suas respectivas imagens e breves descrições do conteúdo abordado nas matérias jornalísticas.

Caso 1: professor de biologia é demitido por relacionar efeito estufa com criação de gado em Pelotas (RS).

Figura 1.
Recorte do título da notícia do Caso 1



Fonte: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/04/professor-sofre-ameacas-em-pelotas-por-relacionar-carne-arroz-e-efeito-estufa/>

A Figura 1 apresenta um caso que ocorreu em abril de 2022, no qual um professor de ensino médio de um colégio privado em Pelotas, Rio Grande do Sul, enfrentou ameaças e ataques nas redes sociais após abordar, em sala de aula, a relação entre o consumo de carne, arroz e o efeito estufa, utilizando dados científicos. Alunos fotografaram a lousa durante uma aula e as imagens circularam fora da escola, gerando pressão de pais e responsáveis, especialmente do setor agropecuário, que exigiram um posicionamento da escola sobre o tema abordado. A aula, que visava discutir questões ambientais, foi interpretada por alguns como uma crítica ao agronegócio, resultando em uma campanha de difamação contra o docente que foi demitido da instituição escolar. O Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) repudiou as perseguições e destacou que o professor precisou de acompanhamento psicológico devido às ameaças recebidas.

Caso 2: Professora de Santa Catarina é afastada por “militância política”.

Figura 2.

Recorte do título da notícia do Caso 2



Fonte: <https://jornalggm.com.br/educacao/governo-sc-afasta-professora-por-militancia-politica/>

A Figura 2 representa um caso que ocorreu em 28 de maio de 2024, a professora de filosofia, de uma escola da rede estadual em Florianópolis, foi afastada de suas funções por 60 dias após ser acusada de "militância política" em sala de aula. A acusação surgiu após uma aula sobre desinformação, na qual a docente mencionou o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), como exemplo de propagador de *fake news* relacionadas às mudanças climáticas. A aula foi clandestinamente gravada e resultou em uma denúncia anônima, levando à abertura de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a professora. A docente relatou que não teve acesso ao áudio da gravação e que a reunião com representantes da Coordenadoria Regional de Educação foi tensa e pouco esclarecedora quanto às acusações. Ela defende que sua abordagem pedagógica segue o método socrático, incentivando o pensamento crítico entre os alunos, e que sua menção ao governador ocorreu no contexto de discussões sobre as enchentes no Rio Grande do Sul e a importância de informações verídicas sobre questões climáticas.

Caso 3: Livro didático de ciências é alvo de ação movida por pais ao Ministério Público (MP) alegando conter desenho de pênis.

Figura 3.

Recorte do título da notícia do Caso 3



Fonte: <https://g1.globo.com/ro/ji-parana-regiao-central/noticia/pais-acionam-mp-ro-para-proibir-livro-de-ciencias-com-ilustracao-de-penis-em-escola.ghtml>

A Figura 3 apresenta um caso que ocorreu em março de 2017, no qual um movimento liderado por pais de alunos na cidade de Ji-Paraná, Rondônia, acionou o Ministério Público do Estado (MP-RO) solicitando a retirada de um livro didático de ciências utilizado nas escolas municipais. O motivo da ação foi uma ilustração considerada inadequada por alguns pais, que retratava órgãos genitais masculinos. Eles alegaram que a imagem era imprópria para crianças e que não deveria ser apresentada em materiais escolares. O livro em questão se dirige ao 8º ano do Ensino Fundamental II para adolescentes entre 12 e 14 anos. A Secretaria Municipal de Educação afirmou que o material era aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), escolhido pela rede pública e que a ilustração em questão é utilizada para ensinar sobre o corpo humano de forma educativa.

Como já mencionado anteriormente, a perspectiva desse artigo é holística e compreende que diversos fatores externos à educação atravessam a escola. Dessa forma, é impossível ignorar como o movimento político associado com os grupos neoconservadores e neopentecostais inflamaram os ataques aos professores. Nos casos 1 e 2, as aulas dos professores foram expostas pelos alunos por intermédio da fotografia e vídeo ilicitamente produzidos com o intuito de “denunciar” o “ataque aos valores e à moral” ou a tentativa de “doutrinação ideológica” dos estudantes. Essa ação de filmar as aulas dos professores foi explicitamente incentivada pelo ex-presidente da república Jair Bolsonaro. Logo após vencer o pleito eleitoral, no dia 5 de novembro, Bolsonaro concede uma entrevista na TV Bandeirantes⁴, na qual ele defende o ESP e afirma que somente os maus professores se preocupariam em ser filmados. Nesse caso, os maus professores seriam aqueles que lecionam o que é desprezado pelo ESP, que argumenta que “[...] a função da escola é ensinar” (Macedo, 2017, p. 517), porém, querem determinar o que será ensinado de acordo com seus preceitos conservadores.

O Caso 1 ilustra a negação de evidências científicas sobre a relação entre a produção animal e os impactos na crise climática, especialmente considerando a existência de um movimento midiático no Brasil que promove discursos em defesa do agronegócio, minimizando ou negando os efeitos negativos dessa prática em larga escala. Além disso, o fato do professor ser demitido da instituição privada e sofrer ameaças mostra que a autonomia docente tem sido minada e os professores estão sendo cerceados dentro dos conteúdos próprios de suas disciplinas escolares, tudo isso incentivado por um movimento externo à educação que quer controlar as escolas.

⁴ Pode consultar: https://www.youtube.com/watch?v=JCVy5iZxusQ&ab_channel=BandJornalismo

No Caso 2, ao abordar diretamente a temática das *fake news* relacionadas às enchentes e mencionar o governador de Santa Catarina como responsável pela disseminação das notícias falsas, a docente foi acusada de propagar uma ideologia e informações político-partidárias. Nesse contexto, os movimentos conservadores e negacionistas convergem, resultando na criminalização da discussão crítica sobre temas relevantes. Além disso, a gravação ilegal da aula da professora é um reflexo dos discursos e incentivos propagados pelo ESP e do próprio ex-presidente do Brasil, que visa restringir a liberdade de cátedra e a discussão de temas considerados "políticos" em sala de aula, mais uma vez a autonomia docente sendo comprometida e a tentativa de silenciamento daqueles que não compartilham dos mesmos valores.

A negação da crise climática não é algo recente e surge inclusive com a próprio termo “negacionismo científico” (Monteiro et al. 2025), nesse sentido, é importante analisar que o caso em destaque é um exemplo de um amplo movimento. Neste aspecto, podemos dialogar com as reflexões tecidas por Almiron e Moreno (2022) ao argumentarem sobre uma possibilidade de se pensar o negacionismo como um ato de simplesmente não acreditar em um consenso científico. Os autores discutem questões mais específicas à inação climática, ou seja, os sujeitos que não negam necessariamente as evidências científicas sobre as mudanças climáticas, mas assumem deliberadamente ações que inviabilizam políticas ambientais. Corroboramos com os autores quando apresentam questões que envolvem uma complexidade no que se refere ao negacionismo enquanto um fenômeno social muito mais aprofundado em nosso tempo e contexto. Dessa forma, não pode ser tratado individualmente, mas sim, considerando uma rede mais complexa e ampla de atores envolvidos, principalmente quando analisamos as intencionalidades de grandes corporações que visam o lucro e a acumulação financeira a qualquer custo (Almiron & Moreno, 2022).

O Caso 3 ilustra como grupos conservadores podem interferir diretamente nas políticas educacionais, mesmo quando os temas abordados são baseados em dados científicos e fazem parte do currículo escolar. Isso demonstra que indivíduos externos ao ambiente escolar e ao sistema educacional se sentem autorizados a opinar, criticar e até mesmo agredir professores por exercerem suas funções, mesmo que os professores estejam seguindo o currículo estabelecido e apresentando informações cientificamente embasadas. O caso gerou debate sobre os limites do ensino de educação sexual nas escolas e o papel dos pais na escolha do conteúdo pedagógico. Enquanto alguns defendem que a abordagem de temas como anatomia e saúde sexual deve ser feita de forma científica e sem tabus, outros acreditam que tais assuntos devem ser tratados considerando os valores conservadores e cristãos, ainda que estejamos em uma país laico.

A partir de um pensamento conspiracionista em que há valores que necessitam ser preservados, esses grupos se unem pela negação à possibilidade de mudanças em nível social, política e econômico, principalmente no que se refere às classes sociais em ascensão (Vilela & Selles, 2020). Assim como argumentado por Sepúlveda e Sepúlveda (2016), o conservadorismo não se restringe somente às ações desses grupos ligados aos valores da “boa moral”, mas se relacionam com questões de ordem social na qual querem se manter em uma posição de privilégio e poder.

Desse modo, o negacionismo torna-se outra construção disseminada coletivamente que disputa os consensos científicos, também produzidos coletivamente, mas que, contraditoriamente, atropela os métodos e os tempos da produção científica. Ao desconsiderá-los, o que se propaga é o consumo de um “produto barato” e difundido rapidamente, mas com fragilidades visivelmente intuitivas e ideológicas que negam conceitos consensualizados pela comunidade científica, muitas vezes, resultados de décadas de estudos financiados e custosos. Tampouco pode se perder de vista que, como processo coletivo que disputa os consensos científicos, o negacionismo corresponde a um movimento crescente de grupos conservadores em íntima associação com a extrema-direita – articulada nacional e internacionalmente –, que se vale do uso da internet e das redes sociais como meio de propagação de notícias falsas (Vilela & Selles, 2020; Cassiani, Selles & Ostermann, 2022; Gois, Lima & Moraes, 2024; Damasceno & Sedano, 2024; McIntyre, 2024).

Reflexões conclusivas

A partir de três casos ocorridos no Brasil em que docentes são submetidos às penalidades por abordarem determinados temas em suas aulas, dialogamos com duas ondas que invariavelmente contestam tanto a docência quanto seus conteúdos, os conservadores e negacionistas. O ensino de ciências e biologia de forma mais específica, se coloca em meio a esse campo de disputas por proporcionar em suas aulas e livros didáticos temas que despertam o incômodo desses grupos, tais como crise climática, gênero e sexualidade, teoria da evolução e vacinas. De forma complementar, o campo de ensino de ciências e biologia não só proporciona, mas fomenta, impulsiona e almeja um processo de ensino-aprendizagem que se pautem em uma construção reflexiva e crítica. Na contramão, os movimentos conservadores-negacionistas tensionam e caminham de forma a minar ações que visam uma formação crítico-reflexiva, ora atacando conteúdos, ora atacando os docentes.

Estes casos evidenciam os desafios enfrentados por educadores ao tratar de temas científicos e ambientais

em contextos polarizados, onde informações científicas podem ser distorcidas por interesses ideológicos. Isto é, movimentos conservadores e negacionistas encontram apoio em projetos do tipo Movimentos Escola sem Partido – em que o site ainda está no ar– onde podemos evidenciar ataques deliberados tanto à escola quanto aos docentes. As implicações reverberam em duas linhas, uma em que o trabalho docente é vigiado e por vezes censurados pela instituição ou estrangidos por responsáveis ou alunos, bem como pelo próprio medo instaurado em abordar determinadas temáticas, assim como apresentado por Vianay e Selles (2023), em que esses dois movimentos ocorrem. As autoras abordam que é possível evidenciar ações de resistência tanto a nível individual quanto coletivo, aspecto no qual nos apoiamos e acreditamos ser o caminho para enfrentar as ondas que cerceiam e negam os conhecimentos científicos socialmente construídos e docentes que trabalham por uma educação crítica, reflexiva e democraticamente referenciada.

Tais situações também ressaltam a importância de garantir a liberdade de cátedra e proteger os profissionais da educação contra perseguições decorrentes do exercício de suas funções pedagógicas. Nesse cenário, é importante contextualizar os ataques aos centros de produção científica, alvo de grupos negacionistas e conservadores, aspecto que pode ser observado no Brasil principalmente por grupos de direita e incentivados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro entre 2018 e 2022. Internacionalmente, em 2025 Donald Trump estabeleceu políticas de corte de verbas para algumas universidades norte-americanas, tais como a Universidade da Pensilvânia, pela inclusão de atletas trans em seus times, na Universidade de Columbia pelos protestos pró-Palestina e na Universidade de Harvard pelas políticas inclusivas e de bolsas. Esse movimento não pode ser analisado de forma isolada, mas com um amplo e complexo movimento de ataques à educação e à produção científica, que reverberam e ecoam nos países e grupos que compactuam com seus ideais.

Dessa forma, este artigo traz alguns elementos para refletir sobre os desafios da docência e especialmente do ensino de ciências e biologia em tempos de negacionismos. Longe de buscar respostas prontas, o que argumentamos é sobre uma profissão que resiste em tempos de cerceamento e controle, e que busca formas diversas de resistir, seja individual ou coletivamente. Reafirmar o compromisso de uma educação que se pautar pelo respeito, autonomia, reflexividade e criticidade é parte de nosso horizonte e do caminho que se trilha em prol da justiça social e da democracia.

Referências

- Almiron, N., & Moreno, J. A. (2022). Más allá del negacionismo del cambio climático: Retos conceptuales al comunicar la obstrucción de la acción climática. *Ámbitos: Revista Internacional de Comunicación*, 55, 9–23. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2022.i55.01>
- Azevedo, M., & Borba, R. C. N. (2020). Educação em Ciências em tempos e pós-verdade: Pensando sentidos e discutindo intencionalidades. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 37(3), 1551–1576. <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1551>
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2014). *Projeto de Lei nº 8099, de 2014: Ficam inseridos na grade curricular das redes pública e privada de ensino, conteúdos sobre criacionismo*.
- Brasil. (2015). Projeto de Lei nº 867, de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=286B1B87D7AF413244ADA930E17D364D.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Aulso+-PL+867/2015. Acesso em: 10 maio 2025
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2016). *Projeto de lei nº 5336, de 2016: Acrescenta um parágrafo 10 ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, para incluir a "teoria da criação" na base curricular do ensino fundamental e médio*. <https://cutt.ly/3NgtDOC>. Acesso em: 10 maio 2025
- Brasil. Câmara dos Deputados (2020). Projeto de Lei nº 4893, de 2020: Tipifica crime de conduta atividades que tenham como conteúdo a ideologia de gênero. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264281>. Acesso em: 10 maio 2025
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2023). Projeto de Lei nº 4844, de 2023: Dispõe sobre a proibição da educação sexual nas escolas de educação básica. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2394104>. Acesso em: 10 maio 2025
- Cassiani, S., Selles, S. L. E. & Ostermann, F. (2022). Negacionismo científico e crítica à Ciência: interrogações decoloniais. *Ciência & Educação*, 28, e22000. <https://doi.org/10.1590/1516-731320220000>

- Costa, J. G. M., & Carmo, E. M. (2022). Produção do Currículo Bahia e a disciplina escolar Ciências: uma análise centrada nos temas integradores. *Ciência & Educação*, 28, e22057. <https://doi.org/10.1590/1516-731320220057>
- Damasceno, M. L., & Sedano, L. (2024). Viés alternativo para a compreensão do mundo? Uma análise da percepção de graduandos em Ciências Biológicas sobre pseudociência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 1(e46907), 1–21. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2024u321341>
- Garcia, M. R., & Martins, I. (2023). Educação em ciências em tempos de negacionismo científico: Uma análise crítica do discurso. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências* (p. 1). Campina Grande: Realize Editora.
- Gois, E., Lima, N. W., & Moraes, A. G. de. (2024). Não tem saída fácil: Tensão entre autonomia epistêmica e confiança na ciência como caminho para a educação em ciências contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 1(e49070), 1–64. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2024u427490>
- Gomes, S. R., & Zamora, M. H. (2024). Negacionismo: Definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. *Ciência & Educação*, 30, e24008. <https://doi.org/10.1590/1516-731320240008>
- Henriques, A., Teixeira, P., Dorville, L. F. M., & Pinhão, F. L. (2022). *Formar para educar em tempos de neo-conservadorismo: Um olhar sobre a formação de professores de Ciências e Biologia*. *Revista Em Aberto – INEP*, 35, 61–74. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i114.5328>
- Macedo, E. (2017). As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, 38(139), 507-524. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177445>
- Martins, V. E. G., & Venturi, T. (2023). *Fake news nas ciências da natureza e suas tecnologias do novo ensino médio: Análise dos livros didáticos dos projetos integradores*. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências* (p. 1). Campina Grande: Realize Editora.
- McIntyre, L. (2024). *Como falar com um negacionista da ciência: Conversas com terraplanistas e outros que desafiam a razão* (C. Costa, Trad.). Editora da Unicamp. <https://www.congressos.adbia.org.ar/index.php/congressos/article/view/1086>
- Rodrigues, D. A. M., Lorenzetti, L., & Selles, S. E. (2025). Enfrentamento ao negacionismo científico e a promoção da alfabetização científica e tecnológica nos currículos estaduais de ciências do Nordeste brasileiro. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 24(1), 99-122. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen24/REEC_24_01_06_ex2222_1094.pdf Acesso em: 10 maio 2025.
- Selles, S. E., Cerqueira do Nascimento Borba, R., Venancio, B., & Azevedo, M. (2024). Negacionismo científico no currículo de Biologia do Novo Ensino Médio do Estado de Minas Gerais: ideologia, conhecimento e justiça social. *Revista Ponto De Vista*, 13(2), 01–22. <https://doi.org/10.47328/rpv.v13i2.16897>
- Selles, S. L. E., & Venancio, B. (2022). *Críticas a la ciencia y negacionismo científico: Aportes escolares a un debate urgente*. *Revista Bio-grafia: Escritos sobre la Biología y su Enseñanza, Número Extraordinario*, 2936–2942.
- Sepúlveda, J. A., & Sepúlveda, D. (2016). O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: A importância da laicidade. *Revista Teias*, 17(47), 141–154.
- Szwako, J., & Ratton, J. L. (2022). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Companhia Editora de Pernambuco/SEPE.
- Venancio, B., & Selles, S. E. (2025). Negacionismo científico em pautas educacionais: desafios para o ensino de Ciências e Biologia. *Revista Triângulo*, 18(Esp.1), e025028. <https://doi.org/10.18554/rt.v18iEsp.1.7909>
- Viannay, C. V. C., Selles, S. E. (2023). Temas sensíveis no ensino de ciências e biologia: Disputas entre os movimentos sociais e a coalizão conservadora. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Campina Grande: Realize Editora. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92742>
- Vilela, M. L., & Selles, S. E. (2020). É possível uma Educação em Ciências crítica em tempos de negacionismo científico? *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 37(3), 1722-1747. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1722>